



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RONDÔNIA - CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE**

**EDILEUZA SILVA SOUZA
JULIANA FREITAS BUDIN FERREIRA**

**EM BUSCA DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO QUE DIALOGUE COM A
REALIDADE DA SOCIEDADE DO CAMPO**

**CACAULÂNDIA - RO
2022**



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

**EM BUSCA DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO QUE DIALOGUE COM A
REALIDADE DA SOCIEDADE DO CAMPO**

**EDILEUZA SILVA SOUZA
JULIANA FREITAS BUDIN FERREIRA**

Artigo apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública EaD

Prof^a. Orientadora: Me. Marialva de Souza Silva

**CACAULÂNDIA – RO
2022**



Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Souza, Edileuza Silva.

Em busca de um projeto político pedagógico que dialogue com a realidade da sociedade do campo / Edileuza Silva Souza, Juliana Freitas Budin Ferreira, Cacauplandia-RO, 2024.
13 f.

Orientador(a): Prof^a Me. Marialva de Souza Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Cacauplandia-RO, 2024.

1. Educação no Campo. 2. Políticas Públicas. 3. História da Educação. I. Ferreira, Juliana Freitas Budin. II. Silva, Marialva de Souza (orient.). III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. IV. Título.

EM BUSCA DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO QUE DIALOGUE COM A REALIDADE DA SOCIEDADE DO CAMPO

Edileuza Silva Souza¹
Juliana Freitas Budin Ferreira²
Marinalva de Souza Silva³

RESUMO

O presente artigo origina-se de pesquisa realizada na escola municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Waldemiro da Silva Moura, no Município de Cacaulândia, Rondônia, situada em área rural. O objetivo é retratar a realidade da comunidade onde a escola está inserida, para que os dados recolhidos na pesquisa se transformem em conhecimentos que auxiliem na reformulação do projeto político-pedagógico da referida escola, visando à qualidade do ensino e à aprendizagem de seus alunos, visto que esse documento garante a autonomia das instituições de ensino em relação às suas práticas educativas propostas, estabelecendo as metas do ambiente educacional. Como referencial teórico, balizamos o nosso trabalho em autores que auxiliaram na discussão do papel da escola na sociabilidade atual e do papel da escola do campo, como Bicalho (2017), Ribeiro (2012), Souza (2012), entre outros. Os dados evidenciaram que construir um um projeto político-pedagógico em diálogo com a realidade da sociedade onde a escola está inserida permite que essa instituição não só esteja no campo, mas também, torna-se do campo, pois passa a pertencer à sociedade e a colaborar na formação de cidadãos autônomos e emancipados socialmente.

Palavras-chave: Educação no Campo, Políticas Públicas, História da Educação.

ABSTRACT

The present article originates from research carried out in the Waldemiro da Silva Moura Municipal School of Early Childhood Education and Elementary School, in the municipality of Cacaulândia, Rondônia, located in a rural area. Our goal is to portray the reality of the community where the school is located, so that the data collected in the research can be transformed into knowledge that will help reformulate the political-pedagogical project of that school, aiming at the quality of teaching and learning of its students, since this document guarantees the autonomy of the educational institutions in relation to their proposed educational practices, establishing the goals of the educational environment. The research was developed during the 2020 school year. As a theoretical reference, we used authors that helped discussing the role of the school in the current sociability and the role of the rural school, such as Bicalho (2017), Ribeiro (2012), Souza (2012), among others. We conclude that having a political-pedagogical project that dialogues with the reality of the society in which the school is inserted makes it possible for this institution to stop being only in the countryside and also become of the countryside, because it starts to belong to society and to collaborate in the formation of autonomous and socially emancipated citizens.

Keywords: Field Education, Public Policies, History of Education.

¹ Discente de Graduação em Gestão Pública – IFRO, e-mail: e_dilss@gmail.com

² Discente de Graduação em Gestão Pública – IFRO, e-mail: julianabudin77@gmail.com

³ Orientadora do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Gestão Pública, EaD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Zona Norte

1 INTRODUÇÃO

Ao pensarmos em educação no campo voltamos o nosso olhar para os discentes das escolas rurais, e percebemos que experimentam uma realidade diferenciada dos discentes das escolas urbanas, pois eles desfrutam de uma necessidade maior de aproximação entre o trabalho e o estudo. Visto que a maioria das famílias conta com a mão de obra desses filhos, pois parte deles ingressam cedo no trabalho da roça. No entanto no ambiente escolar só se desenvolve teorias, conceitos, ou seja, apenas se estuda e este estudo nada tem a ver com a vida que o cerca, fora da sala de aula.

Segundo Rosângela de Souza e Marcos Gehrke (2018) a educação do campo deve ser concebida para além da escola, pois deveria estar integrada a um projeto de vida social no campo construído pelas pessoas que vivem na e da terra.

Ela deveria ser entendida como do e no campo, como direito universal, considerando os níveis e modalidades de ensino, para todos os sujeitos do campo no local em que vivem e trabalham, promovendo a emancipação humana e social. Isto porque o Brasil foi considerado um país de origem eminentemente agrária. Evidencia-se aí o descaso dos dirigentes com a educação rural; o que também demonstra a razão política educacional atual em relação a educação rural. (Souza, Gehrke, 2018, p. 3).

A educação tem por resultado promover essa emancipação humana e social, todavia essa autonomia não tem sido alcançada, nem mesmo dentro da própria sala de aula. Conforme Valadão e Backes (2018) expõe o resultado do censo de 2010. Onde a porcentagem de reprovação dos alunos da escola do campo do 2º ano do Ensino Fundamental foi de 16,90%, e o dos alunos das escolas urbanas, de 10,60%. Os autores nos perguntam “Seriam os alunos do campo menos capazes do que os cidadãos para aprender? Ou se trataria de um ensino descolado dos interesses dos agricultores, que não veem na escola utilidade para as práticas sociais que encampam e os constituem?” Ou seja, as ferramentas que geram e institui essa “emancipação humana e social” têm os sido negada.

Segundo Panorama de Territórios (2018) dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), Rondônia possui um percentual substancial de pessoas que residem no campo:

Em Rondônia, a população é majoritariamente urbana (76,3%), sendo 23,7% rural, cenário muito próximo ao da região Norte (75,9% urbana e 24,1% rural). Entretanto, na comparação com a média nacional (85,1% urbana e 14,9% rural), o estado e a região apresentam uma população rural bastante superior. (Panorama de Territórios, 2018, p. 12).

Não há possibilidades de oferecer uma educação relevante e que responda as necessidades do campo, quando não se conhece a realidade das atividades exercidas, neste campo, as expectativas e os anseios daqueles que residem lá. Como saberes significativos podem ser estudados quando se tem um currículo escolar que não corresponde à demanda experimentada no dia a dia dos alunos?

Pensando nestes fatores já apresentados nos perguntamos: como podemos melhorar as realidades das escolas rurais? De que maneira podemos atualizar os currículos das escolas do campo pertencentes ao município de Cacaúlândia, Rondônia? Para responder nossas indagações de início pautaremos nossa pesquisa, na busca de conhecer quais são as atividades econômicas desenvolvidas atualmente nas áreas rurais do município. Outro caminho para melhorarmos o currículo escolar seria levar aos discentes do campo do 9º ao 3º ano do Ensino Médio um questionário sobre quais são os saberes que os despertam interesses e suas perspectivas para o futuro?

Assim poderemos sonhar com escolas feitas com o e no campo, e não para o campo como tem sido a atual, as quais não têm conseguido desafiar os sujeitos a quem elas se destinam. Elas não têm levado seus discentes a viver uma emancipação humana e social. Pelo contrário a Escola do Campo não tem conseguido gerar um futuro auto sustentável a sociedade a qual está inserida.

Somente ouvindo os personagens que constituem a realidade do campo e investigando experiências de outras Escolas do Campo que têm conseguido fazer a diferença na vida da sociedade rural é que podemos esperar um futuro promissor ao agronegócio familiar. Contemplar o desenvolvimento de cidadãos conscientes, protagonistas de sua própria história e desenvolvimento que, apresentam transformações no meio em que estão inseridos, tanto do ponto de vista do conhecimento técnico como da conscientização política, do exercício de cidadania.

Para a contextualização elaboraremos uma busca na história, resgatando um pouco sobre a Educação do Campo, e em seguida, uma discussão em torno de legislações, de resoluções e de pareceres pertinentes a essas realidades, a procura de dialogar com realidades de outras escolas que despontam em qualidade de ensino.

Têm-se como fundamentos teóricos autores que auxiliam na discussão do papel da escola na sociabilidade atual e do papel da Escola do Campo, como Roseli

Caldart e Miguel Arroyo, Nóvoa (2009), Ribeiro (2012), Santos (2013), Souza (2012), Souza e Meireles (2014), entre outros, como referência no estudo sobre Escola do Campo e formação do currículo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa, em primeiro momento, se apresenta como bibliográfica, ao buscarmos no meio científico definições sobre a Educação no Campo. Já para conhecermos a realidade da comunidade da zona rural, a qual a escola contempla, a prática da pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, pois foi aplicado questionário com questões subjetivas?, enviado para ser respondido em casa, com os pais e os discentes contemplados pela pesquisa. Os discentes que participaram da pesquisa estavam cursando do 6º ao 9º do Ensino Fundamental. Os questionários voltados tanto aos responsáveis quanto aos discentes foram enviados aos alunos juntamente com as tarefas remotas, assim tiveram liberdade para discutirem em família suas expectativas para o futuro.

A instituição contemplada para a pesquisa foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental Waldemiro da Silva Moura, localizada no Projeto Cunha do Marechal, Linha C-3. Os questionários foram compostos por sete perguntas de cunho descritivo. Foram enviados trinta questionários, no entanto, respondidos e devolvidos somente vinte. As perguntas discursivas foram: Qual deve ser a missão da escola? (Para que ela existe), O que queremos que essa escola seja? (O que ela deve ser), Pensando em sua realidade, quais conteúdos você acha ser importantes ser ensinados na escola para que seu filho (a) te auxilie?, Provém de onde a maior renda familiar?, O que você espera que os estudos forneçam ao seu filho (a)? e Como visualiza o futuro do seu filho (a)? Qual a renda per capita da família?

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Se faz necessário conhecermos o percurso de consolidação da educação do campo no Brasil, para fundamentar uma proposta de trabalho condizente com os direitos e anseios destes sujeitos do campo na atualidade. Nossa abordagem se inicia no Brasil colônia, ao qual foi explorado mais de 300 anos, o progresso de um sistema educacional não era considerado precedência. Segundo Silva (2004) as pessoas que

realizavam as atividades agrícolas eram primeiramente os índios que foram subjugados pelo colonizador, depois vieram os negros africanos, trazidos como escravos, e os colonos imigrantes.

Quando refletimos sobre quem se ocupava do trabalho no campo é visível essa população encontravam-se em situação de desvantagem. Começamos a entender a causa do valores presentes no meio rural, quando comparados ao espaço urbano, serem tratados com descaso, subordinação e inferioridade. “Num campo estigmatizado pela sociedade brasileira, multiplicava-se, cotidianamente, preconceitos e estereótipos.” (BICALHO, 2017) Observamos que a educação brasileira desde os tempos dos jesuítas, até os dias atuais prestou-se de instrumento ideológica das elites sociais, principalmente no processo de organização social da área rural:

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político- ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos”. Isso é coisa de gente da cidade. (Santos apud Leite, 2015, p. 14)

Nesse cenário, nos questionamos quais grupos, com poder de decisão e força política velaria pelo sucesso das escolas rurais. No entanto, gente da roça também pensa, e a maioria dos povos da zona rural nos anos 30, passam a ver, a cidade, uma oportunidade de vida melhor para seus filhos, onde iriam estudar e trabalhar em um ambiente menos desgastante. A análise de Ribeiro é bastante pertinente a esta questão:

"A história mostra que a educação escolar no Brasil nunca foi considerada como prioridade nacional: ela serviu apenas a uma determinada camada social, em detrimento das outras camadas da sociedade que permaneceram iletradas e sem acesso à escola. Mesmo com a evolução histórico-econômica do país (...); mesmo tendo, ao longo de cinco séculos de história, passado de uma economia agrária-comercial-exportadora para uma economia baseada na industrialização e no desenvolvimento tecnológico; mesmo com as oscilações políticas e revoluções por que passou, o Brasil não priorizou a educação em seus investimentos político-sociais e a estrutura educacional permaneceu substancialmente inalterada até nossos dias, continuando a agir como transmissora da ideologia das elites e atendendo de forma mais ou menos satisfatória apenas a uma pequena parcela da sociedade."(RIBEIRO, 1990, p. 15)

O modelo de desenvolvimento praticado no campo brasileiro foi tão eliminatório que apresenta marcas até hoje no modelo de educação adotado no Brasil. Podemos afirmar que a escola brasileira, do século XV ao início do século XX, se apresenta

como instrumento do saber para as elites, sendo impenetrável para grande parte da população rural. Sendo assim, a realidade da educação rural surge dependente pelas matrizes culturais escravocratas, latifundiárias e subjugada pelo poder político e econômico das oligarquias.

Os frutos dessa educação impenetrável pode-se colher nos altos índices de analfabetismo que aterrorizavam o Brasil nas décadas de 1940 e 1950. Mas foi uma década mais tarde, nos anos 1960, que alguns acontecimentos agravaram ainda mais a educação do campo no país. A falta de uma educação de qualidade leva a saída do camponês para as urbes à procurar novas oportunidades para melhorar suas condições de vida e trabalho. Porém, muitos viram seus sonhos de uma vida melhor virarem pesadelo. Sem terra e trabalho, conseqüentemente, os camponeses começaram a amontoar-se nas periferias das cidades, formando as favelas. A saída que se teve foi:

[...] com o crescimento do número de favelados nas periferias dos grandes centros urbanos, a educação rural foi adotada pelo Estado como estratégia de contenção do fluxo migratório do campo para a cidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, em seu art. 105, estabeleceu que “os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais.” (EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2007, p. 11).

A educação se volta para o campo não com a intenção de estabelecer uma educação de qualidade para valorizar o humano no e do campo, mas como uma solução para conter uma problemática o “fluxo migratório do campo para a cidade.” Segundo Silva 2014 apud Whitaker e Antuniassi (1992), há três características fundamentais no modelo de escola na área rural:

É urbanocêntrica, unicamente voltada aos conteúdos formados e informados no processo de urbanização e industrialização; o ponto de partida e de chegada do conhecimento é a cidade, apresentada como superior e moderna. O mundo rural precisa ser abandonado por quem quer vencer na vida, uma vez que nele não há chance de se progredir;

É sociocêntrica, voltada aos interesses de certas classes sociais, não considerando a diversidade dos sujeitos sociais existentes no campo e na cidade, a sua cultura, as suas diversas formas de organizar o trabalho e a vida;

É etnocêntrica, privilegiadora dos conhecimentos relativos ao mundo ocidental industrializado, de uma forma de pensar e de um estilo de vida baseado na homogeneidade, onde os valores e a cultura camponesa são considerados como atrasado, conservadores, criando, assim, estereótipos com relação a população do campo e ao seu modo de viver e de pensar. (Whitaker e Antuniassi, 1992, p. 13)

O uso do termo “escola rural” é bem retratado por Silva, uma escola

conteudista, fora da prática emancipatória da educação, a qual gera no indivíduo aporte para enfrentar as complexidades da vida real e suas relações com o mundo. O elemento fundamental do ensino é ajustar-se àqueles que devem aprender (Freire, 1996).

Nessa perspectiva, o espaço rural é ajustado como extensão do espaço urbano. Em termos de desenvolvimento educacional, essa abordagem de “extensão do espaço” inutiliza a educação enquanto solucionadora de problemas contextualizados. Segundo Silva e Passador (2016) os dois termos “rural e campo” fazem referência à educação ofertada às populações que vivem na zona rural. “No entanto a “educação rural” sempre foi utilizada para designar processos de repetição no campo das metodologias urbanas, desconsiderando o contexto vivencial dos estudantes.”

A partir do século XXI, a despeito dos avanços, ainda há muito para atingir, pois em muitos casos, a educação do campo ainda fica fora da pauta como prioridade. Segundo Bavaresco e Rauber (2016) os direitos constituídos por leis não garantiram de fato, para crianças e jovens, os direitos ao acesso e à permanência em uma educação de qualidade. As escolas do campo ainda sofrem com a carência de políticas públicas que contemplem suas reais necessidades.

Então nos perguntamos quem são os discentes na área rural do município de Cacaúlândia, discentes no campo e do campo e quais são as suas perspectivas para o futuro? A educação do campo brasileira busca implementar uma educação específica para as pessoas do campo, concedendo valor significativo, sobretudo, para desfazer o estereótipo criado há muito tempo e que, em certa medida, ainda perdura, de que as pessoas do campo são culturalmente atrasadas, além de possibilitar a afirmação da identidade sociocultural dos mesmos.

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (BRASIL, PARECER Nº 36, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2001).

Para que se faça da escola do e no campo um espaço de intensas possibilidades políticas, formação crítica, identidade, histórias e sustentabilidade, se faz necessário conhecer a realidade da comunidade discente a qual a escola está

inserida. Pois se é necessário termos uma educação básica para toda população camponesa; conteúdos curriculares e metodologias integradas aos interesses e necessidades dos educandos, assim como, autonomia dos espaços educativos, que poderão organizar seu calendário de acordo com as atividades e trabalhos desenvolvidos na comunidade.

Pensando em conhecer essa comunidade discente da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Waldemiro da Silva Moura, do município de Cacaulândia, aplicamos um questionário que diagnosticou um pouco da realidade presente para realizarmos uma leitura crítica, no intuito de permitir o levantamento de dados que possibilitem a reflexão sobre a identidade da escola de campo.

O questionário voltado à comunidade (pais e discentes) entrevistados foram enviado aos lares dos estudantes, juntamente com as atividades das disciplinas, visto que os alunos não estão frequentando a escola, devido o momento de pandemia que está se enfrentado mundialmente. A pesquisa em forma de questionário permite o levantamento de informações, que indicam caminhos a ser percorrido para que mais à frente, políticas públicas eficientes possam ser pensadas, juntamente com a comunidade.

Diante da devolutiva dos questionários podemos mapear os anseios, desejos, dúvidas e dificuldades que permeiam a educação oferecida pelo colégio e compreender a estruturação do mesmo. Ao pensarmos na missão da escola a comunidade espera que ela preste um serviço educativo de excelência contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes dos seus deveres e direitos, capazes de atuar como agentes de mudança, num ambiente participativo, aberto e integrado, que valorize o conhecimento, como condição de acesso ao mundo do trabalho e ao prosseguimento de estudos. Sendo um ambiente onde os discentes possam se sentir acolhidos.

Ao pedirmos sugestões de alguns temas que a escola poderá trabalhar com os alunos para contribuir com o desenvolvimento da região, os pais mencionaram assuntos como: a agricultura sustentável, temas ambientais. E palestras sobre: empregos, educação financeira e saúde mental. Buscamos também conhecer quais são as principais fontes de renda familiares, são elas: agricultura, assalariados, diaristas e predominando a pecuária. As rendas vão de 1 á 3 salários mínimos, no entanto predomina-se 1 salário mínimo. Referente à situação habitacional dos alunos percebemos que a maioria reside em casa própria.

Ao olharmos para o futuro da comunidade perguntamos aos responsáveis o que esperam que os estudos forneçam aos seus filhos, muitos responderam que os ajudem a serem cidadãos de bem, tenham uma boa formação, curse uma faculdade para seguir carreira profissional. Ao interpretarmos as respostas percebemos que não houve nenhuma perspectiva por parte dos pais para que seus filhos permaneçam na comunidade. Perguntamos também qual a disponibilidade dos pais em ajudar a escola em trabalhos voluntários. A maioria se dispôs a ajudar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer uma reflexão sobre a realidade atual da educação do campo observa-se que é preciso procurar novas opções para continuar avançando e rompendo as barreiras e as ideologias de uma educação deixada de lado, em segundo plano. Se faz necessário remodelar modelos educacionais, valorizando as especificidades regionais de cada comunidade do campo, para que os discentes que são atendidos por esta educação tenham uma aprendizagem significativa. As escolas do campo precisam ter oportunidades. Para isso, são necessárias medidas distintas, de norte a sul do país, que atingem especificamente os desafios de cada escola, sendo essas ações: pedagógicas, de estrutura física, formação de professores, transporte escolar, entre outras, lembrando sempre das diferentes culturas e condições sociais que distinguem o país.

Dessa forma, para que haja melhora nas práticas educativas da Escola Estadual de Ensino Fundamental Waldemiro da Silva Moura, um caminho importante a seguir é levar em consideração o conhecimento adquirido pela pesquisa, tendo assim como resultado um projeto político-pedagógico que dialogue com a realidade da sociedade na qual está inserida, fazendo com que a escola deixe de estar somente no campo e tornando-se também do campo. Assim, esse pertencimento escolar contribuirá na formação de cidadãos autônomos e emancipados socialmente. E, isso poderá trazer resultados para melhorar a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

BICALHO, Ramofly. **História da Educação do Campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais**. Teias (Rio de Janeiro), v. 18, n. 51, p. 210-224, (out./dez.), 2017. Disponível em: < <https://doi.org/10.12957/teias.2017.24758>> Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.**

_____. Lei Nº 9.394/96 – **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília - DF: Congresso Nacional. 23 de dezembro de 1996.

_____. Resolução CNE/CEB 1/2000. In: SOARES, Leôncio. **Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 30ª ed. 2007.
LEITE, S.C. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

PANORAMA DOS TERRITÓRIOS RONDÔNIA. Instituto Unibanco, 2018, p. 12. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Panoramas_RONDONIA.pdf>, <URL>. Acesso em: 13. jun.2022.

PASSADOR, Cláudia Souza. **A educação rural no Brasil: o caso da escola do campo do Paraná**. São Paulo: Annablume, 2006.

POLETTI, Ronaldo. **Constituições Brasileiras, 1934**. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Etnográficos, 2001.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, n. 4, p. 15-30, July 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jul .2022.

SENGE, Peter, *et al.* **Escolas que aprendem: um guia da Quinta Disciplina para educadores, pais e todos que se interessam pela educação**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SILVA, L. H. **As representações sociais da relação educativa escola-família no universo das experiências brasileiras de formação em alternância**. Disponível em< <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/download/760/780>>URL>. Acesso em: 10 mai .2022.

WHITAKER, D. C. A.; ANTUNIASSI, M. H. R. Escola pública localizada na zona rural: contribuições para a sua estruturação. **Cadernos Cedes**. n.33, p.9-42, 1992.